



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001790-43.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **REBÉCA GOMES PEREIRA**
Requerido: **CLARO S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em novembro de 2017, contratou junto à ré plano de telefonia e internet pelo valor de R\$85,90 mensais.

Alegou ainda que posteriormente a ré lhe enviou fatura no valor de R\$136,27 (vencimento em 15/01/2018) e que mesmo não concordando acabou pagando. Ressalvou que posteriormente recebeu outra fatura no valor de R\$218,50 (vencimento em 15/02/2018) a qual não quitou por entender abusiva a cobrança face aos termos contratados.

Requer a condenação da ré para que restitua o valor pago a maior referente a fatura que teve vencimento em janeiro de 2018, a inexigibilidade do débito referente a fatura com vencimento em fevereiro de 2018, com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

emissão de fatura em substituição no valor contratado.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade dos procedimentos impugnados pela autora.

De início, é relevante notar que ela em momento algum na peça de resistência refutou específica e concretamente os fatos articulados a fl. 01, o que seria imprescindível.

Não demonstrou satisfatoriamente que possuía lastro para promover as cobranças trazidas à colação e muito menos patenteou que a autora tinha ciência de que o contrato era em termos diverso do que ela declinou.

Tocava-lhe fazê-lo para atestar a lisura de sua conduta, na esteira da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC, mas não se desincumbiu a contento desse ônus.

Ressalvo, por oportuno, que a oferta de "telas" unilateralmente confeccionadas não milita em favor da ré, máxime porque desacompanhadas de quaisquer outros dados que as respaldassem.

O quadro delineado denota que o acolhimento da pretensão deduzida transparece de rigor.

A declaração de inexigibilidade do débito cobrado da autora deriva da convicção de inexistência de amparo sólido a alicerçá-lo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A condenação da ré a ressarcir os danos materiais invocados pela autora, por fim, impõe-se à minguagem de impugnação que lhe desse guarida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para: (1) declarar a inexigibilidade do débito tratados nos autos em face da autora; (2) determinar à ré que no prazo máximo de dez dias restabeleça o contrato de internet e telefone pelo valor mensal de R\$85,90, com emissão das respectivas faturas, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais); (3) condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 50,37, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 07/08.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação de fazer imposta no item 2 supra, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer imposta no item 2 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 25 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**